



PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

BELÉM 2025–2028



PODER EXECUTIVO

IGOR WANDER CENTENO NORMANDO
Prefeito

CÁSSIO COELHO ANDRADE
Vice-Prefeito

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ARIELA NAOMI MOTIZUKI - Chefe de Gabinete do Gabinete do Prefeito
ANDRE RAMY PEREIRA BASSALO - Procuradora Geral do Município - PGM
TALITA REIS MAGALHÃES - Controladora Geral do Município – CGM
RAFAEL FERREIRA PORTO - Ouvidor Geral do Município – OGM
ESAÚ DA CUNHA ARAÚJO - Inspetor Geral da Guarda Municipal – GMB
CLEIDSON FERREIRA CHAVES - Secretário Municipal de Governo – SEGOV
MARCOS RODRIGUES DE MATOS - Secretário Municipal de Finanças – SEFIN
JORGE LEONIDAS VAZ DA COSTA - Secretário Municipal de Educação – SEMEC
CLEIDSON FERREIRA CHAVES – Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia -SECT
FÁBIO LUÍS DE ARAÚJO RODRIGUES - Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura
– SEINFRA
DYJANE CHAVES DOS SANTOS AMARAL - Secretário Municipal de Saúde – SESMA
FERNANDO ASSUNÇÃO CAMARINHA - Secretário Municipal de Zeladoria e
Conservação Urbana – SEZEL
ANDRÉ LUIZ BARBOSA DA CUNHA - Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico – SEDCON
MARCOS RODRIGUES DE MATOS - Secretário Municipal de Coordenação Geral do
Planejamento e Gestão - SEGEP
HAMILTON PINHEIRO DA COSTA JÚNIOR - Secretário Municipal de Habitação –
SEHAB
JULIANA NOBRE PINHEIRO - Secretária Municipal de Meio Ambiente – SEMMA
ANDRÉ SILVA LOUREIRO GODINHO - Secretária Municipal de Comunicação –
SECOM
MICHELL MENDES DURANS DA SILVA - Secretário Municipal de Esporte e Lazer –
SEMEL

CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA – Secretária Municipal de Turismo – SETUR
RAPHAELA VIEIRA SEGADILHA – Secretária Municipal de Cultura - SECULT
ALTAIR DE LIMA BRANDÃO - Secretária Municipal de Cidadania Assistência Social e
Direitos Humanos – SEMCAD
ELIANA DE NAZARÉ CHAVES UCHÔA - Secretária Municipal de Proteção e Defesa
dos Animais – SEPDA
PALOMA LIMA MENDES MEDEIROS DE SOUZA FERNANDES - Secretário Municipal
de Inclusão e Acessibilidade - SEMIAC
EUCLIDES DA CRUZ SIZO FILHO - Secretário Municipal de Agricultura e Pesca –
SEAPE
CARLA FERNANDES FIGUEIREDO MELLO - Secretária Municipal da Mulher - SEMU
MAYCON VALENTE PANTOJA - Secretário de Trabalho e Emprego – SEMTE
CLÁUDIO LUCIANO MONTEIRO DE OLIVEIRA - Secretário Municipal de Segurança e
Ordem Pública e Mobilidade de Belém – SEGBEL

SUBPREFEITURAS

SEBASTIÃO OLIVEIRA COSTA Subprefeitura de OUTEIRO
JOÃO JERÔNIMO GLEDSON COSTA DA SILVA Subprefeitura de ICOARACI
RENATO BRANDÃO DE MORAES FILHO Subprefeitura de MOSQUEIRO

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ORLANDO REIS PANTOJA Presidente do BELÉMPREV
HUMBERTO BOZI SPINDOLA Presidente do IASB
EDNA GOMES DA SILVA Presidente da FUNPAPA
GUSTAVO BEZERRA DA COSTA Presidente da BELÉM DIGITAL
MARIEL DACIER LOBATO MARTIN DE MELLO Presidente da CODEM
RICARDO BRANDÃO COELHO Diretor Presidente da ARBEL

PREFEITURA DE BELÉM

IGOR WANDER CENTENO NORMANDO
Prefeito

CÁSSIO COELHO ANDRADE
Vice-Prefeito

MARCOS RODRIGUES DE MATOS
Secretário Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão - SEGEP

ELISÂNGELA JORGE
Secretária Adjunta da SEGEP

OSWALDO NAZARETH
Secretário Adjunto da SEGEP

INGRID TATIANY RIBEIRO DE SOUZA MENDES
Diretora de Desenvolvimento Municipal

EQUIPE TÉCNICA

HENRIQUE CORRÊA PINTO DE OLIVEIRA

IGOR PANTOJA CARNEIRO

ÁLVARO LUIZ VINENTE DE SOUZA

KAILANNY ALBUQUERQUE PALHETA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. IDENTIDADE ESTRATÉGICA	9
1.1. MISSÃO	9
1.2. VISÃO	9
1.3. VALORES.....	9
2. MAPAS ESTRATÉGICOS E PROGRAMAS.....	9
PROGRAMA GOVERNANÇA	9
PROGRAMA DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.....	10
PROGRAMA DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DA CIDADE	12
PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE	13
PROGRAMA BEM-ESTAR E SEGURANÇA.....	14
PROGRAMA GOVERNANÇA DA EXECUÇÃO E MONITORAMENTO	15
3. MATRIZ DE RISCO E GESTÃO DE INCERTEZAS.....	16
3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO	16
3.2. METODOLOGIA DE ANÁLISE DE RISCOS	16
3.3. MATRIZ DE RISCO	17
3.4. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS	18
3.5. ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO E MONITORAMENTO.....	19
4. ALINHAMENTO E CONTRIBUIÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).....	19
4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO	19
4.2. INTEGRAÇÃO DOS ODS AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS.....	20
4.3. MATRIZ DE ARTICULAÇÃO ENTRE RISCOS E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	21

INTRODUÇÃO

O Plano Estratégico Institucional da Prefeitura Municipal de Belém para o período de 2025 a 2028 configura-se como um instrumento orientador da ação governamental, estruturado para responder aos desafios contemporâneos de uma capital amazônica marcada por profundas desigualdades sociais, vulnerabilidades ambientais e crescente complexidade urbana. Ao estabelecer diretrizes, objetivos e metas, o plano busca promover o desenvolvimento sustentável, a equidade social e a eficiência da gestão pública, articulando planejamento estratégico, execução e monitoramento de políticas públicas.

A construção deste documento fundamenta-se em uma identidade estratégica clara e alinhada às demandas atuais da administração pública. A missão institucional reforça o compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável, a inclusão cidadã e a modernização da gestão por meio de práticas transparentes e eficientes. A visão projeta Belém como uma referência em resiliência climática, inovação na gestão e turismo sustentável até 2028, evidenciando o alinhamento com agendas globais e com as especificidades regionais da Amazônia. Os valores institucionais, pautados na transparência, justiça social, sustentabilidade ambiental e gestão democrática, orientam a atuação do poder público e reforçam a dimensão ética do planejamento.

O plano organiza-se em programas estratégicos integrados que abrangem áreas essenciais da gestão municipal, tais como governança, desenvolvimento social, desenvolvimento urbano, sustentabilidade econômica e bem-estar da população. Essa estrutura evidencia uma abordagem sistêmica e intersetorial, que busca superar a fragmentação administrativa e promover maior coerência entre as políticas públicas e os instrumentos orçamentários. Ao mesmo tempo, o documento incorpora mecanismos de monitoramento e

avaliação contínua, assegurando que o planejamento não se restrinja ao campo formal, mas se traduza em resultados concretos para a população.

Entretanto, a efetivação de um plano com essa amplitude exige o reconhecimento e a gestão ativa dos riscos e das incertezas inerentes à administração pública. Nesse sentido, a incorporação de uma matriz de risco representa um avanço significativo, ao introduzir uma abordagem preventiva e estruturada para a identificação de fatores que possam comprometer o alcance dos objetivos estratégicos. A gestão de riscos permite antecipar cenários adversos, orientar a tomada de decisão e fortalecer a capacidade institucional de resposta diante de imprevistos.

Os riscos associados à implementação do plano distribuem-se em diferentes dimensões. No âmbito financeiro, destacam-se as limitações orçamentárias e a necessidade de equilibrar ambição estratégica com viabilidade fiscal. Na dimensão institucional, surgem desafios relacionados à integração entre órgãos, à capacidade técnica dos servidores e à consolidação de uma cultura de inovação e governança orientada a resultados. Já no contexto socioambiental, sobressaem os impactos de eventos climáticos extremos, o crescimento urbano desordenado e as desigualdades territoriais, fatores que exigem respostas articuladas e sustentáveis.

A adoção de uma matriz de risco permite não apenas identificar essas ameaças, mas também estruturar estratégias de mitigação e monitoramento contínuo. Ao integrar a gestão de riscos ao ciclo de planejamento, execução e avaliação, o plano fortalece a governança pública e amplia sua resiliência frente a cenários adversos. Esse processo envolve a definição de responsabilidades institucionais, a utilização de indicadores de desempenho e a atualização periódica das análises, garantindo maior adaptabilidade às mudanças de contexto.

A elaboração deste plano implicou, portanto, a superação de desafios relevantes, como a necessidade de coordenação entre múltiplos atores institucionais, a consolidação de informações estratégicas e a definição de metas mensuráveis em um ambiente marcado por restrições e incertezas. Além disso, exigiu a incorporação de princípios contemporâneos — como sustentabilidade, inclusão e inovação — de forma transversal e operacional, evitando sua limitação ao campo discursivo.

Dessa forma, o Plano Estratégico Institucional de Belém 2025–2028 apresenta-se como um instrumento robusto e orientado a resultados, que articula visão de futuro, planejamento estratégico e gestão de riscos. Ao integrar esses elementos, o documento não apenas define um caminho para o desenvolvimento do município, mas também estabelece as bases para uma gestão pública mais eficiente, transparente e resiliente, capaz de enfrentar os desafios presentes e futuros da cidade.

1. IDENTIDADE ESTRATÉGICA

1.1. MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável, a equidade social e a eficiência pública em Belém, otimizando os serviços municipais por meio da modernização tecnológica, inclusão cidadã e governança transparente.

1.2. VISÃO

Consolidar Belém como uma capital amazônica de referência em resiliência climática, inovação na gestão, inclusão plena e turismo sustentável até 2028.

1.3. VALORES

Transparência, Eficiência, Justiça Social, Sustentabilidade Ambiental e Gestão Democrática.

2. MAPAS ESTRATÉGICOS E PROGRAMAS

Este Plano Estratégico está distribuído em **5 Programas**, que devem estar ancorados nas dotações orçamentárias do município, adicionando **1 Programa** perene de coordenação do Plano Estratégico, sem previsão nos instrumentos orçamentários.

PROGRAMA GOVERNANÇA

Objetivo Estratégico

Otimizar a eficiência administrativa e a transparência na gestão municipal por meio da modernização tecnológica, capacitação de servidores e sustentabilidade financeira.

Indicadores de Referência

Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) no Município.

Ranking de cidades transparentes (Transparência Internacional - Brasil).

Metas

*Alcançar **100% de digitalização** dos processos administrativos*

*Capacitar **500 servidores** em gestão pública e inovação através da Escola de Gestão Pública.*

*Reduzir em **20% a dependência do erário municipal** no custeio do RPPS.*

Ações e Projetos Estratégicos

Implantar o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão por meio do Programa PROMETAS

Lançar a Plataforma Belém Ordeira para acelerar o fluxo de processos institucionais com o cidadão.

Expandir a infraestrutura de fibra ótica e Wi-Fi em equipamentos públicos.

PROGRAMA DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Objetivo Estratégico

Assegurar educação equitativa e de qualidade, expandir a rede de saúde integral, combater as vulnerabilidades e promover a inclusão plena de minorias e pessoas com deficiência.

Indicadores de Referência

Número de matrículas ativas e vagas na educação infantil.

Percentual de cobertura municipal dos beneficiários de programas nutricionais.

Metas

*Expandir **6.000 vagas** para creches (0 a 3 anos) e **6.588 vagas** para a pré-escola (4 a 5 anos).*

*Garantir merenda escolar com qualidade nutricional para **63.291 estudantes** da rede.*

*Cadastrar **30.000 pessoas com deficiência** no IDPcD e incluir 100 profissionais no mercado formal.*

*Disponibilizar **80.000 cestas básicas** e 3.600 kits enxovais para mães em vulnerabilidade.*

Ações e Projetos Estratégicos:

Construir 4 Escolas em Tempo Integral.

Estruturar e reformar as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e de Estratégia Saúde da Família.

Implantar 2 Policlínicas fixas e 1 Policlínica Fluvial Itinerante.

Instituir as Casas Rosa para atendimento às mulheres em todos os distritos administrativos.

PROGRAMA DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DA CIDADE

Objetivo Estratégico

Requalificar o espaço urbano, mitigar as desigualdades territoriais e revitalizar o patrimônio histórico com foco na acessibilidade e mobilidade ativa.

Indicadores de Referência

Investimento público em infraestrutura urbana por habitante.

Poligonais centrais destinadas à requalificação urbana.

Metas

Concluir o Estudo de Requalificação do Centro Histórico de Belém.

*Efetivar **3 parcerias público-privadas (PPPs)** voltadas para o Programa Belém Centro.*

*Destinar **20 imóveis desocupados** na área central para novos usos de utilidade pública ou habitação.*

Ações e Projetos Estratégicos:

Promover intervenções físicas estruturais para a criação de vias voltadas à mobilidade ativa na região central.

Revisar o Plano Diretor do Município de Belém.

Efetuar o inventário atualizado do Patrimônio Cultural de Belém.

PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE

Objetivo Estratégico

Fortalecer a economia de baixo carbono, a bioeconomia, a agricultura familiar e o turismo sustentável, além de aperfeiçoar o manejo de resíduos e a transição climática.

Indicadores de Referência

Índice de áreas verdes públicas por habitante (m²/hab).

Percentual de cobertura de rotas de coleta seletiva e reciclagem nos bairros.

Metas

*Ampliar de 8,8 m²/hab para **15 m²/hab** o índice de áreas verdes públicas disponíveis.*

*Alcançar **60% dos bairros** atendidos por rotas de coleta seletiva.*

*Implementar **100% do Plano Local de Ação Climática (PLAC)**.*

*Capacitar **10.000 empreendedores** individuais e coletivos da Economia Solidária, Criativa e Cooperativas.*

Ações e Projetos Estratégicos:

Operacionalizar e manter o Distrito de Bioeconomia de Belém.

Restaurar e manter o Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves.

Incentivar a criação de ecopontos e unidades de triagem/compostagem nos distritos.

Fomentar o programa Jovem Embaixador Ambiental e a agenda ecoculturais.

Cadastrar e mapear os agricultores familiares no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

PROGRAMA BEM-ESTAR E SEGURANÇA

Objetivo Estratégico

Modernizar a mobilidade urbana, expandir as defesas comunitárias nos bairros/ilhas e fortalecer a atuação da Ordem Pública e Guarda Municipal.

Indicadores de Referência

Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) oriundas do transporte público.

Razão de estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres.

Metas

Modernizar a frota de transporte coletivo através da inserção de ônibus elétricos com padrões sustentáveis.

*Integrar **80 agentes da Guarda Municipal** como operadores ativos de Ordem Pública.*

*Reduzir conflitos no uso do espaço público em **20%** por meio de ações de mediação e educação comunitária.*

Ações e Projetos Estratégicos:

Expandir o programa Defesa Civil nos Bairros para a formação de núcleos de proteção comunitária em áreas de risco.

Implantar sistemas tecnológicos integrados para monitoramento, controle e fiscalização das posturas municipais.

PROGRAMA GOVERNANÇA DA EXECUÇÃO E MONITORAMENTO

Para garantir que o plano não se restrinja ao papel, a metodologia de monitoramento seguirá as diretrizes do Capítulo II da lei:

COORDENAÇÃO CENTRAL

A Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP) atuará como o escritório de governança do plano, ditando as notas técnicas e coordenando as atualizações.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Cada órgão deverá manter atualizada a execução física e financeira das ações no banco de dados unificado do município. Neste sentido, se faz urgente e imprescindível a implantação de um sistema integrado de informações municipais.

CICLO DE AVALIAÇÃO

Monitoramento Mensal/Quadrimestral

Verificação do andamento das atividades e cumprimento parcial de metas fiscais e físicas.

Relatório Anual de Gestão (RAG)

Consolidação dos resultados que integrará a Mensagem do Executivo direcionada à Câmara Municipal, servindo de base para revisões orçamentárias na LDO e na LOA.

3. MATRIZ DE RISCO E GESTÃO DE INCERTEZAS

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A implementação do Plano Estratégico Institucional da Prefeitura Municipal de Belém (2025–2028) está sujeita a um conjunto de incertezas que podem impactar o alcance de seus objetivos e metas. Considerando a complexidade da gestão pública municipal, a diversidade de áreas envolvidas e as especificidades socioambientais da região amazônica, torna-se imprescindível a adoção de uma abordagem estruturada de gestão de riscos.

A matriz de risco tem como finalidade identificar, analisar e propor estratégias de mitigação para eventos que possam comprometer a execução dos programas estratégicos, contribuindo para a tomada de decisão, o planejamento preventivo e o fortalecimento da governança.

3.2. METODOLOGIA DE ANÁLISE DE RISCOS

A análise de riscos foi estruturada com base nos seguintes critérios:

Probabilidade: possibilidade de ocorrência do evento (Baixa, Média, Alta);

Impacto: grau de comprometimento aos objetivos estratégicos (Baixo, Médio, Alto);

Nível de Risco: resultante da combinação entre probabilidade e impacto;

Resposta ao Risco: estratégias de mitigação, prevenção ou contingência.

A matriz considera riscos transversais aos programas estratégicos, especialmente aqueles relacionados à governança, capacidade institucional, financiamento e fatores externos.

3.3. MATRIZ DE RISCO

ID	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Estratégia de Mitigação
R1	Insuficiência de recursos orçamentários para execução das metas	Alta	Alto	Crítico	Fortalecer planejamento orçamentário, ampliar captação de recursos e parcerias público-privadas
R2	Baixa integração entre órgãos e secretarias municipais	Média	Alto	Alto	Implantar sistemas integrados de gestão e fortalecer a coordenação pela SEGEP
R3	Limitações na capacidade técnica e operacional dos servidores	Média	Médio	Médio	Investir em capacitação contínua e modernização administrativa
R4	Resistência à transformação digital e inovação	Média	Médio	Médio	Promover cultura organizacional orientada à inovação e treinamento tecnológico
R5	Instabilidade política ou descontinuidade administrativa	Baixa	Alto	Médio	Institucionalizar processos e fortalecer mecanismos legais e normativos
R6	Impactos de eventos climáticos extremos (enchentes, alagamentos)	Alta	Alto	Crítico	Integrar políticas de resiliência climática e fortalecer a Defesa Civil
R7	Crescimento urbano desordenado	Alta	Alto	Crítico	Revisar e implementar o Plano Diretor e ampliar fiscalização urbanística
R8	Fragilidade nos sistemas de monitoramento e avaliação	Média	Alto	Alto	Implantar sistema unificado de dados e indicadores

ID	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Estratégia de Mitigação
R9	Baixa adesão da população às políticas públicas	Média	Médio	Médio	Ampliar participação social e comunicação institucional
R10	Dificuldades na execução de parcerias público-privadas	Média	Médio	Médio	Aperfeiçoar marcos regulatórios e estrutura de projetos

3.4. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

Os riscos classificados como críticos concentram-se, principalmente, em três dimensões: **financeira**, **socioambiental e urbana**. A **limitação de recursos orçamentários** representa um dos principais entraves à execução do plano, exigindo estratégias de diversificação de receitas e maior eficiência na alocação dos recursos públicos.

No contexto amazônico, os **riscos climáticos** assumem papel central, especialmente diante da vulnerabilidade de áreas urbanas a eventos extremos, como alagamentos e elevação do nível das águas. Esses fatores impactam diretamente a infraestrutura urbana, a mobilidade e a qualidade de vida da população.

Além disso, o **crescimento urbano desordenado** reforça desigualdades territoriais e pressiona os serviços públicos, demandando ações integradas de planejamento urbano e fiscalização.

3.5. ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO E MONITORAMENTO

A gestão dos riscos identificados será integrada ao sistema de monitoramento do plano estratégico, com as seguintes diretrizes:

- Monitoramento contínuo dos riscos prioritários;
- Atualização periódica da matriz de risco, considerando mudanças no cenário;
- Responsabilização institucional, com definição de áreas responsáveis por cada risco;
- Integração com indicadores de desempenho, permitindo avaliação de impacto;
- Transparência e prestação de contas, fortalecendo o controle social.

A Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP), por meio da Diretoria de Desenvolvimento Municipal (DEDM), atuará como órgão central na coordenação desse processo, garantindo alinhamento com os mecanismos de governança e avaliação já estabelecidos no plano.

4. ALINHAMENTO E CONTRIBUIÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Plano Estratégico Institucional da Prefeitura Municipal de Belém (2025–2028) está alinhado aos princípios e diretrizes da Agenda 2030 das Nações Unidas, que estabelece os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como referência global para a promoção do desenvolvimento inclusivo, sustentável e resiliente. A incorporação desses objetivos ao planejamento municipal reforça o compromisso da

gestão com padrões internacionais de desenvolvimento e amplia a capacidade de articulação entre políticas públicas locais e agendas globais.

Considerando as especificidades de Belém como capital amazônica, esse alinhamento adquire relevância ainda maior, sobretudo no que se refere às dimensões socioambientais, climáticas e urbanas, que estão diretamente relacionadas aos desafios enfrentados pelo município.

O PPA 2026-2029 traz em seu escopo a articulação com os 17 ODS. Neste sentido, este documento do Plano Estratégico embasa o princípio trazido pela Agenda 2030 e seus impactos em médio e longo prazos.

4.2. INTEGRAÇÃO DOS ODS AOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Os programas estruturantes do plano dialogam diretamente com diversos ODS, evidenciando a transversalidade da Agenda 2030 no planejamento municipal:

- **Governança (ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes)**
As ações voltadas à transparência, modernização administrativa e fortalecimento institucional contribuem para a construção de instituições mais eficientes, responsáveis e inclusivas.
- **Desenvolvimento Social e Cidadania (ODS 1, 2, 3, 4 e 10)**
As políticas de ampliação do acesso à educação, saúde, segurança alimentar e inclusão social estão diretamente relacionadas à erradicação da pobreza, redução das desigualdades e promoção do bem-estar da população.
- **Desenvolvimento Urbano e Gestão da Cidade (ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis)**
As iniciativas de requalificação urbana, mobilidade e planejamento territorial promovem cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

- Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade (ODS 8, 12, 13 e 15)

O incentivo à bioeconomia, à economia de baixo carbono e à gestão ambiental sustentável contribui para o crescimento econômico responsável e para o enfrentamento das mudanças climáticas.

- Bem-Estar e Segurança (ODS 11 e 13)
- As ações relacionadas à mobilidade sustentável, segurança pública e gestão de riscos reforçam a resiliência urbana e a adaptação climática.

4.3. MATRIZ DE ARTICULAÇÃO ENTRE RISCOS E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A seguir, apresenta-se a correlação entre os principais riscos identificados no Plano Estratégico e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) mais diretamente impactados. Essa articulação evidencia como a gestão de riscos contribui não apenas para a execução do plano, mas também para o alcance de compromissos globais da Agenda 2030.

ID	Risco Identificado	ODS Relacionados	Relação Estratégica
R1	Insuficiência de recursos orçamentários	ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico); ODS 16 (Instituições Eficazes)	Compromete a capacidade de investimento público, impactando crescimento econômico e eficiência institucional
R2	Baixa integração entre órgãos	ODS 16 (Instituições Eficazes)	Fragiliza a governança e reduz a efetividade das políticas públicas
R3	Limitações técnicas dos servidores	ODS 4 (Educação de Qualidade); ODS 16	Afeta a qualificação da gestão pública e a capacidade de entrega de serviços

ID	Risco Identificado	ODS Relacionados	Relação Estratégica
R4	Resistência à inovação e transformação digital	ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura); ODS 16	Dificulta modernização administrativa e inovação na gestão pública
R5	Instabilidade política	ODS 16	Compromete continuidade de políticas públicas e estabilidade institucional
R6	Eventos climáticos extremos	ODS 11 (Cidades Sustentáveis); ODS 13 (Ação Climática)	Impacta diretamente a resiliência urbana e a adaptação às mudanças climáticas
R7	Crescimento urbano desordenado	ODS 11	Aumenta desigualdades territoriais e pressiona infraestrutura urbana
R8	Fragilidade no monitoramento e avaliação	ODS 16	Reduz transparência, controle e efetividade das políticas públicas
R9	Baixa adesão da população	ODS 10 (Redução das Desigualdades); ODS 16	Limita inclusão social e participação cidadã
R10	Dificuldades em parcerias público-privadas	ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação); ODS 8	Reduz capacidade de financiamento e execução de projetos estratégicos

A matriz evidencia que o **ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)** é transversal à maioria dos riscos identificados, reforçando que o fortalecimento institucional é condição essencial para o sucesso do plano. Da mesma forma, os **ODS 11 e 13** destacam-se diante dos riscos urbanos e climáticos, especialmente relevantes no contexto amazônico de Belém.

Observa-se ainda que riscos de natureza econômica e financeira (como R1 e R10) estão diretamente associados aos **ODS 8 e 17**, evidenciando a importância de sustentabilidade fiscal e articulação interinstitucional para viabilizar o desenvolvimento.

Por fim, riscos relacionados à inclusão social e participação cidadã (como R9) dialogam com os **ODS 10 e 16**, demonstrando que a efetividade das políticas públicas depende da capacidade de engajamento da população.